



## **PENSANDO SOBRE POLÍTICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL: A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ<sup>1</sup>**

QUEIROZ, Marcos Antonio <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O intuito principal desse trabalho vem do encontro a necessidade de se pensar alternativas para mudar a realidade local de muitos municípios que perdem constantemente população. Uma vez que na região central do território paranaense necessita de políticas sociais, que no âmago de suas contribuições pretendem fazer com que a realidade local trilhe para o chamado desenvolvimento socioeconômico. Esse trabalho sistematiza algumas das políticas implantadas principalmente pelas iniciativas locais de desenvolvimento municipal. Enfatizaremos como recorte empírico, no caso do município de Nova Tebas a iniciativa local dos produtores de maracujá orgânico viabilizadas pela economia solidária. Assim, em um primeiro momento, abordaremos sucintamente os autores que trabalham com a discussão sobre as políticas territoriais. Logo em seguida, citaremos o exemplo dos territórios da cidadania como exemplo de política federal, pois a mesma está em todo o território brasileiro, assim podemos perceber que tal política se realiza de forma limitada e meramente funcional. Posteriormente abordaremos outras políticas sociais nas quais as iniciativas locais recebem apoio da economia solidária

Palavras-chave: Região central do Paraná; ordenamento territorial; Economia Solidária; Nova Tebas.

### **THINKING ABOUT TERRITORIAL PLANNING POLICIES AND SOCIAL ECONOMY IN CENTRAL REGION PARANÁ**

The main purpose of this work comes from meeting the need of considering alternatives to change the local situation of many municipalities constantly losing population because It is imperative to state that such fraction of the State of Paraná has social, that at the core of their intended contributions cause the local reality called thrash for socioeconomic development. This part of the dissertation explores the policies implemented mainly by local initiatives municipal development. We will emphasize empirical cut as in the case of the city of New Thebes local initiative of the producers of organic passion fruit possible by the solidarity economy

So, at first, we discuss briefly the authors working with the discussion on territorial policies. Shortly thereafter, we will cite the example of the territories citizenship as an example of federal policy, because it is all over the Brazilian territory, so we can see that this policy is

<sup>1</sup> Eixo Temático: O Urbano e Suas Diferentes Escalas

<sup>2</sup> Licenciado em Geografia pela UNESPAR/FECILCAM, professor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná: email para contato: mantonioqueiroz@hotmail.com



carried out on a limited and purely functional. Later we will discuss other social policies in which local initiatives are supported solidarity economy.

Keywords: Central Paraná; territorial; Solidarity Economy; New Thebes

## **POLÍTICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL**

A formulação a nível nacional da Política Nacional de Ordenamento Territorial na visão de Ruchert (2005), está associado ao processo de reforma do Estado e de reestruturação do território. Assim, tais tendências devem-se ao fato de que hoje os cenários político-econômico-sociais nacionais são muito mais densos e complexos do que quando da implantação do Estado desenvolvimentista. Uma vez que o Brasil, nos anos 1930 era basicamente rural-oligárquico e recém iniciava uma experiência que alcançaria 60 anos de mercado solidamente protegido.

Tal Estado desenvolvimentista brasileiro, de tendência cepalina, implementa, a partir dos anos de 1940, um núcleo de consenso desenvolvimentista análogo ao keynesianismo europeu. De corte geopolítico no pós-1964, o Estado autoritário brasileiro enfrenta, a partir dos anos de 1980, o esvaziamento de suas propostas e viabilidades com a crise do Estado Desenvolvimentista.

A partir de 1973 com a crise do petróleo e a emergência do sistema financeiro internacional globalizado provocam, na maioria dos países que adotam modelos semelhantes de desenvolvimento, modificações no campo da economia, das ideias e das instituições. O Brasil, um dos maiores exemplos do projeto desenvolvimentista, chega aos anos de 1990 sem ter mudado tal projeto, o qual vinha mantendo o país ainda dentro dos moldes do processo de substituição de importações.

Com o processo de globalização em curso desde os anos 1980, as transformações do sistema capitalista como um todo, a falência do planejamento centralizado e o fim dos padrões tecnológicos dominantes desde o pós-guerra associados ao ideário político-econômico liberal, passam a fornecer as grandes linhas em que se passam a inspirar as ações que visam às reestruturações econômicas e territoriais.

A década de 1990 e a crise dos Estados Desenvolvimentistas periféricos representam, portanto, rupturas de paradigmas socioeconômicos e políticos com significados e alcances tão ou mais profundos do que a própria constituição dos Estados Nacionais sul-americanos, no século XIX.



Nesse cenário Ruckert aponta uma diversidade de crises para explicar a necessidade de um ordenamento territorial :

A crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado, as redefinições da geopolítica clássica que perde seus sentidos originais; a tendência às economias flexíveis e à “flexibilização dos lugares”, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, e a emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduzem os Estados do Sul, como um todo e especialmente aos latino-americanos, como o Brasil, a reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento. (RUCKERT, 2005, p.32).

Com isso, foi criado no âmbito do Ministério da Integração Nacional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Essa política tem como objetivos, reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras. Dentre os seus focos, a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território.

Porém, quando se analisa a conceituação do ordenamento territorial podemos perceber que este é amplo e variado. De acordo com Sanchez (1992) a Política Territorial se configura pelo conjunto de enfoques estratégicos, a médio e longo prazo, assim como pelas correspondentes formulações de atuação, dirigidas a intervir sobre o território, a fim de que assumam as formas que sejam adequadas ao conjunto dos interesses que controlam o poder político.

Já na visão de Costa (1998), as políticas territoriais extrapolam a noção dos planos regionais de desenvolvimento. Elas abrangem toda e qualquer atividade que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional; uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial bem como mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar estas políticas.

É importante constatar que o conceito de ordenação do território, está na carta Europeia de ordenação do território, que o define como:

A expressão espacial da harmonização de políticas econômica, social, cultural e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política pública concebidas com enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço, segundo uma diretriz. (CEOT/CEMAT, 1983).



No entanto, é importante analisar com parcimônia o conceito proposto para a União Européia, pois para aquela realidade a integração da União Européia envolve a organização física do espaço e os cuidados com os diferentes espaços que o compõem, isto é, Estados e regiões, construindo um espaço transnacional, reduzindo o poder dos Estados-Nação que a compõem, enquanto no Brasil, pelo contrário, a lógica do ordenamento visa resgatar o papel do Estado em novas bases.

## **POLÍTICAS TERRITORIAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ.**

O que são políticas públicas? Tal temática apresenta-se em pleno século XXI como uma das medidas pelas quais é possível melhorar e desenvolver regiões deprimidas do processo de desenvolvimento sócio-econômico de qualquer fração do território brasileiro, quicá do espaço mundial.

É importante notificar que as políticas públicas só terão uma melhor visibilidade a partir do momento que estiverem associadas ou formando um par com as denominadas políticas públicas privadas, pois havendo uma interdependência de ambas, os resultados poderão surtir maior efeito na realidade almejada.

Quanto aos fundadores da área de políticas públicas, Souza (2006) aponta quatro grandes nomes: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico com a produção empírica dos governos. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando que a racionalidade da limitação poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindblom questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis á formulação e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Finalmente, Easton contribuiu para área ao definir a política pública como um sistema ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Todas as ações produzidas pelas autoridades públicas, sejam elas de natureza executiva, legislativa ou judicial, causam, de alguma maneira, efeitos no indivíduo ou na



sociedade, tanto nas questões de emprego e renda como nas de moradia e saúde, segurança e justiça, entre outras, e são denominadas de políticas públicas. É através do ato de fazer políticas (ação ou inação) que funciona a estrutura governamental.

No entanto, é importante considerar que as políticas públicas deveriam ser formalizadas e implementadas independentemente de quem está no poder, haja vista que o objetivo maior é o desenvolvimento social e econômico da população como um todo.

As políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, tornam-se regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, com suas respectivas mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

É importante salientar que as políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais.

Portanto, elaborar uma política pública significa definir quem decide o que, quando, com que conseqüências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “políticas públicas” de “políticas governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para que tenham o caráter de pública, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Porém, quanto aos seus objetivos, é importante notificar que as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Assim, percebe-se que os objetivos centrais das chamadas políticas públicas apresentam uma referência valorativa e exprimem as opções e visões de mundo daqueles que controlam o poder, mesmo que, para sua legitimação, necessitem contemplar certos interesses de segmentos sociais dominados, dependendo assim da sua capacidade de organização e negociação. (TEIXEIRA, 2002, p.3).

É fato que a partir da Constituição de 1988, com a autonomia política adquirida pelos municípios, através da elaboração de sua própria lei orgânica e demais leis, bem como da



escolha direta de seus governantes, essa esfera governamental, o município passa a ser espaço primordial para a realização e implementação de políticas públicas que na prática se expressam como políticas setoriais priorizando ora, a saúde, ora a educação, habitação e desenvolvimento urbano, assistência social e previdência social, política agrícola e reforma agrária dentre outras. Assim, com o intuito de levantar a tona a discussão sobre as políticas implementadas na região central, passamos para a sua discussão.

## **PODER E AS POLÍTICAS TERRITORIAIS**

É de suma importância a análise do Estado e do poder como caminhos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas ou privadas. No intuito de legitimar estruturas fundamentais do poder político, o Estado cria um aparato de políticas governamentais que no seu ínterim, apresentam-se como mentoras para mascarar a realidade caótica em que algumas regiões estão inseridas, tal qual a região central do Paraná.

A elaboração e implementação de políticas, na verdade não são concebidas de forma neutra, como também as vezes aparece proposto pela ciência, nem muito menos são pensadas no interesse de todos, portanto políticas são feitas para servir aos preceitos político-econômicos dominante. A teoria do poder da elite na visão de Peet (2007, p.24) diz que os governos agem no interesse do capital.

Porém, além da ideologia que funde uma noção crítica de poder, o conceito de hegemonia em sua acepção gramsciana, também nos auxilia em tal concepção de analisar criticamente o poder. Para Gramsci, existem dois níveis de controle político: a dominação como coersão física e a hegemonia referente ao controle ideológico.

A hegemonia é constituída por um conjunto de ideologias relacionadas que incluem, no capitalismo liberal avançado, a validação do individualismo competitivo e o fetiche do saber especializado resultante da racionalidade tecnológica (PEET, 2007, p. 25)

Contudo, enquanto Marx havia salientado o papel da superestrutura política (basicamente, o aparato do estado) em seu fazer de ideologias, Gramsci dirigiu seu olhar para as instituições culturais supostamente não coercitivas, como a Igreja, as escolas, os sindicatos e os partidos políticos. Cada grupo social, dizia Gramsci, cria organicamente um estrato de intelectuais que empresta significado a sua experiência coletiva, unindo o grupo e ajudando a funcionar efetivamente.



Na modernidade, a arena política é povoada por indivíduos altamente treinados e experientes. Com isso, os discursos assumem uma forma proposicional particularmente significativa, a forma das políticas sugeridas pelos especialistas para corpos governantes, que os utilizam como instrumentos de poder as chamadas (tecnologias políticas, de acordo com Foucault). Na sua essência, as tecnologias políticas reformulam problemas sociais, culturais ou políticos na linguagem aparentemente neutra da ciência, para obter o apoio das pessoas convencidas de que a ciência beneficia a humanidade.

Já a análise do discurso, feita a partir de leituras da obra de Foucault, segundo Peet (2007), colocaram-na dentro de uma análise social mais ampla, denominada “governamentalidade”, que se refere a mentalidade dos governos modernos, a mentalidade dos governantes e dos governados. Tal temática, se refere a modelagem da conduta humana para fins definidos pelas autoridades e agências maiores do que o Estado, particularmente pelas instituições que invocam a verdade por meio do uso de recursos, expedientes e técnicas científicas.

Contudo, a posição exposta no trabalho de Peet, é a de que o poder é exercido por grupos de interesse em proporção aos recursos que eles comandam, ao dinheiro que têm, ao acesso e a influência política que as contribuições de campanha possam comprar, e também pelas ideologias e pelos discursos hegemônicos que o dinheiro produz.

Para Poulantzas, é impreterível que seja separada as esferas política e econômica para compreender o Estado. Isso posto, o poder político, embora esteja apoiado no poder econômico, é prioritário no sentido em que suas transformações condicionam toda a mudança em outras áreas de poder. Assim, o poder político é concentrado e materializado no Estado, o ponto central do exercício do poder político. Portanto, a burguesia escolheu o estado moderno nacional popular para expressão de seu poder político, argumentando que esse tipo particular de Estado em seu bojo depara com mais êxito, o trabalhador da luta pelos meios de produção, reproduzindo por consequência as relações capitalistas de produção com mais sucesso. (POULANTZAS 2006, p.146-147).

Portanto, é importante vislumbrar que as políticas públicas territoriais, apresentam se embuídas do poder atrelado principalmente a uma elite, que aproveita de um discurso dito para o local ou regional, porém na sua essência tais políticas irão o auxiliar no seu próprio desenvolvimento, tanto econômico como social.



Assim, acreditamos ser de suma importância o estudo das políticas implementadas na região central do Paraná, uma vez que a mesma é considerada uma região deprimida economicamente, ou utilizando a expressão de Milton Santos é um espaço de obediência do grande capital.

## **POLÍTICAS FEDERAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ: TERRITÓRIOS DA CIDADANIA**

As delimitações geográficas denominadas “Territórios da Cidadania” O nosso objetivo nessa exposição vem da necessidade de analisar e compreender os alcances territoriais das políticas federais, estaduais e locais na região central do Paraná. Para tanto, elencamos o Território Paraná Centro, como exemplo de mecanismo de desenvolvimento e planejamento territorial, uma vez que o município de Nova Tebas é município integrante dessa parte do Paraná.

Os Territórios da Cidadania tem como objetivo central, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

O Território é formado por um conjunto de municípios com mesma característica econômica e ambiental, identidade e coesão social, cultural e geográfica. Tais Territórios são maiores que o município e menores que o estado, os Territórios demonstram, de forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade. Isso facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

Para a implementação, as áreas precisam contar com os seguintes critérios de seleção:

- Ser Território Rural, conforme Programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- Baixo Índice de Desenvolvimento Humano;
- Concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária;
- Concentração de populações quilombolas, indígenas e de pescadores;
- Número de beneficiários do Programa Bolsa família;
- Número de municípios com baixo dinamismo econômico;



- Ruralidade;
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- Prioridades ou políticas de governo, como Mesorregiões, Consads, Amazônia Legal, Arco Verde, Reservas Extrativistas e Bacia do São Francisco;
- Um mínimo de dois e um máximo de oito Territórios da Cidadania por Unidade da federação;
- Consulta aos estados, por meio dos Comitês de Articulação Estaduais, na definição dos 60 Territórios da Cidadania beneficiados a partir de 2009.

O Território Paraná Centro situa-se geograficamente na região central do estado do Paraná. Em decorrência do processo histórico de ocupação do espaço geográfico do estado, esta região caracteriza-se como a última faixa do território a ser plenamente ocupada. Este fato se deve, primeiramente, a intensificação das atividades econômicas (caminhos das tropas que transportavam gado) na faixa territorial ao leste do estado, ou seja, as regiões litorâneas e de Lapa e Curitiba; e num segundo momento, a colonização da região oeste com a intensificação da migração de agricultores gaúchos e catarinenses.

A Região Central do Estado do Paraná, concentra os menores índices de IDH-M, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano/Ipdades.

O Paraná Centro apresenta, ainda, sérios problemas de infra-estrutura urbana e rural, que dificultam a implementação de atividades geradoras de renda, bem como o acesso à educação e à saúde.

As principais deficiências de infra-estrutura são:

- Estradas rurais deficitárias ;
- Municípios sem ligação asfáltica;
- Muitas famílias sem energia elétricas;
- A grande ausência de telefones públicos rurais;
- Estrutura urbana deficiente;
- Muitas pessoas com habitações precárias;
- A falta de documentação básica para grande parte de população da região faz com que muitas pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza tenham grandes dificuldades de acesso aos programas sociais e de transferência de renda ou até mesmo de créditos.





categoria analítica complexa, torna-se problemática demais para a elaboração e implementação de políticas públicas.

Portanto, o alcance que tal território apresenta é limitado pois o que se vende como tal resulta de um consenso fundamentado na identidade e nos interesses comuns. Afinal, trata-se de obter, mais recursos financeiros, uma variável que deve valorizar-se para conseguir um bom desempenho e a capacidade de competir no mercado. Ou seja, a prioridade na construção do território se centra na melhora de sua capacidade para competir com outros territórios, para aumentar a produção.

## **POLÍTICAS TERRITORIAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ:**

Nos itens a seguir, nossos esforços centram-se na necessidade de avaliar as políticas governamentais de Jaime Lerner e Roberto Requião. A análise temporal é importante para compreendermos o que cada governo realizou para a região central do Paraná e para o município como um todo.

## **POLÍTICAS DO GOVERNO JAIME LERNER**

A gestão do ex-governador Jaime Lerner, foi marcada por uma atuação fiel aos pressupostos do modelo neoliberal, de Estado mínimo, flexibilização das políticas públicas, particularmente as sociais. Tal governo acompanhou um movimento também nacional, em lugar de políticas urbanas e políticas de desenvolvimento regional, o Estado aproveitou-se de um movimento de desconcentração industrial do Sudeste, associando-o a uma estratégia de atração de capitais e corporações, com base em concessão de incentivos fiscais, alimentando a guerra fiscal entre estados brasileiros e o acirramento da competição entre municípios para lograrem novos investimentos.

O governo de Jaime Lerner, em nosso ponto de vista analítico se enquadra na visão institucional-funcionalista, uma vez que utilizou de aparatos como o Banco mundial como fomento para o desenvolvimento da infra-estrutura paranaense. Uma vez, que em grande parte o desenvolvimento econômico, encontra-se concentrado nas sedes urbanas dos municípios, o ex-governador dizia: “As pessoas vivem nas cidades, e é nelas que desejam encontrar sua



realização pessoal. Aos gestores das cidades, cabe embalar o sonho das pessoas”. (PROGRAMA PARANÁ URBANO, 2001, p. 5).

Dentre os diversos programas setoriais implementados por sua gestão podemos citar o projeto Paraná Urbano, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com contrapartidas do governo do Estado e dos municípios. Tal programa lançado em 1996, contou com a participação de 390 dos 399 municípios paranaenses, alcançando a marca de 3.799 ações de infraestrutura urbana e de ações sociais, abrangendo mais de um milhão de paranaenses.

O programa contemplou obras, como creches, postos de saúde e pavimentação, bem como em saneamento básico e na modernização administrativa das prefeituras. De forma geral, afirma-se que possibilitou atender 75% da área urbana do estado nos seis anos do respectivo projeto, conquistando a cobertura cartográfica digital, instrumento fundamental de gestão das cidades.

Gerido por um serviço social autônomo, o Paraná Urbano teve parte de suas ações técnico-administrativas delegadas as 18 associações de municípios do estado. Os pagamentos relativos aos empréstimos concedidos aos municípios passaram a integrar um fundo, que é reaplicado nas cidades, dando vida perene ao programa. Assim “O Paraná Urbano tornou-se modelo internacional e constitui-se em um mecanismo permanente de apoio às nossas cidade”.( PROGRAMA PARANÁ URBANO, 2001 p. 5).

É importante notificar também, que a demanda por infra-estrutura no Paraná teve um crescimento muito forte, graças ao brutal fluxo migratório da área rural para os centros urbanos. O aumento de 36 para mais de 80 % da população urbana, registrado em pouco mais de três décadas, obrigou o governo a buscar soluções para levar aos municípios do interior a infra-estrutura urbana e social adequadas ao atendimento das principais necessidades de uma população em acelerado crescimento demográfico.

Segundo Lubomir Ficinski<sup>3</sup> o apoio aos municípios em suas ações destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas, foi o objetivo central de tal programa, que também encontrou apoio com um destacado parceiro internacional, o Banco Interamericano de desenvolvimento (BID), que foi o sustentáculo das bases para o Paraná Urbano. O programa em seus 55 meses de duração, aplicou recursos de 426 milhões de dólares em obras de infra-

<sup>3</sup> Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Superintendente do Paranacidade, durante o governo de Jaime Lerner 1995-2000.



estrutura e ações de fortalecimento institucional das administrações municipais, em 390 dos 399 municípios do Estado. As ações realizadas no campo do desenvolvimento institucional tiveram o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD.

Gerenciado pelo Serviço Social Autônomo Paranaense e financiado com recursos do BID, O Paraná Urbano veio a ser um grande aliado dos administradores municipais, além de atender as diretrizes do governo do estado e sua estratégia de apoio as cidades, oferecendo suporte a geração de empregos, a melhoria da infra-estrutura urbana e a ampliação dos serviços oferecidos a população. Considerado como o fio condutor de uma nova abordagem em termos de desenvolvimento urbano, um processo em que a definição de obras e projetos reflete os anseios das pessoas e das comunidades onde foram executados.

Esse projeto foi considerado um modelo de descentralização, tanto dos projetos, do poder decisório, bem como de sua execução e acompanhamento. Em entrevista ao Paraná urbano Ficinski salienta que:

quando for lembrado e certamente o será, no futuro, o programa Paraná Urbano talvez não seja citado pelas 3799 obras espacialmente distribuídas por todo o Estado, ou pelas centenas de milhares de dólares alocados para investimentos. É provável que o seja pela boa parceria firmada entre o governo do Estado e as administrações municipais, baseada em uma relação transparente e de mútuo respeito, onde cada uma das partes contribuiu de forma efetiva para o sucesso da empreitada. E, mais do que isso, o programa deverá ser lembrado como um passo decisivo para a autodeterminação do poder local dos municípios e para a efetiva melhoria da qualidade de vida das pessoas. ( PARANÁ URBANO, 2001, p. 4).

Para o município de Nova Tebas, o principal desfecho de tal política de governo, foi que a mesma propiciou para os seus municípios, a criação e instalação das Vilas Rurais.

## **POLITICAS TERRITORIAIS ESTADUAIS NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ: POLÍTICAS DO GOVERNO DE ROBERTO REQUIÃO E AS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O governo de Roberto Requião no ano de 2003, lançou Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico. É apresentado o quadro estadual com os seu flagrantes desequilíbrios regionais, com população e renda concentradas em poucas regiões associadas a



grandes cidades, sobretudo à capital metropolitana, com produção circunscrita à subsistência das famílias em grande parte do campo e com partes significativas do território paranaense com insignificante produtividade, reduzida acessibilidade e baixa renda.

Portanto, no cenário estadual, é proposto tal programa que objetiva promover um novo ciclo de desenvolvimento nas áreas de baixo dinamismo da região do centro-expandido, onde se localiza o município de Nova Tebas, com o intuito de incentivar a desconcentração na região leste, consolidar a evolução na região norte e estimular a dinamização da região oeste-sudoeste.

É de suma importância que para termos um estado inovado teremos que ter como principal alinhamento estratégico a inclusão cidadã dos paranaenses excluídos social, econômica e culturalmente do desenvolvimento estadual. No entanto ao lado da sustentabilidade ambiental, social e econômica, a articulação do Paraná parte de duas formulações complementares, visando, de um lado, à ampla acessibilidade e, de outro, à organização espacial.

Segundo o documento Planos Regionais de Desenvolvimento Estratégico para o Estado do Paraná, (2006) o cenário proposto objetiva promover um ciclo de desenvolvimento nas áreas de baixo dinamismo da região do centro expandido do Paraná, região essa onde está inserida o município objeto de estudo. Os principais objetivos expostos neste documento para estes espaços são:

- Promoção do desenvolvimento rural e urbano com forte conteúdo tecnológico e uso intensivo de mão-de-obra;
- Apoio a pluriatividade de pequenas escalas;
- Reforço da identidade local;
- Transferência de conhecimento;
- Criação de linhas de crédito acessíveis;
- Incentivo à organização de grupos de produtores;
- Apoio decisivo á comercialização dos produtos locais;
- Estabelecimento de rede urbana hierarquizada;
- Distribuição estratégica de serviços públicos e equipamentos de atendimento social;
- Criação de rede articulada de ensino técnico e capacitação;
- Qualificação das famílias do campo;



- Articulação das ações de programas públicos;
- Criação de agropólo específico com centro de pesquisa avançada;
- Implantação de embrião de núcleo agroindustrial em assentamentos rurais e entorno de pequenos proprietários agrícolas;
- Desenvolvimento sustentável para áreas de corredores de biodiversidade, dentre outras.

Assim, presencia-se em tal recorte geográfico a intenção de trazer um novo dinamismo para os municípios como:

- Apoiar decisivamente a comercialização dos produtos locais e a emancipação dos produtores e da população;
- Estimular a pesquisa e organizar canais de comercialização e a intensificação do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, do Ministério do Desenvolvimento- Pronaf.
- Consolidação do sistema estadual do turismo com promoção da integração multiescalar (internacional, nacional, estadual, regional e local).

Com esse esboço, percebemos que os objetivos das políticas do governo Roberto Requião foram ao encontro de um desenvolvimento socioeconômico mais igualitário, onde as discrepâncias sociais e econômicas sejam minimizadas. No entanto, os seus resultados ainda precisam ser mensurados.

## **INICIATIVAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO- LIMITES ALCANCES E SIGNIFICADOS EM NOVA TEBAS**

Observamos, de forma geral, que as políticas que vem sendo implantadas procuram contemplar numa perspectiva mais social, envolvem estratégias que assegurem a possibilidade de permanecer vivendo no município com atividades vinculadas ao campo, baseada em estratégias cooperativistas. Estes princípios fazem parte da denominada Economia Solidária.



A origem da economia solidária está na Primeira Revolução Industrial, como reação dos artesões expulsos dos mercados pelo advento da máquina a vapor. Na passagem do século XVIII ao século XIX, surgem na Grã-Bretanha, as primeiras Uniãos de Ofícios e as primeiras cooperativas. Com a fundação da cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (1844) o cooperativismo de consumo se consolida em grandes empreendimentos e se espalha primeiro pela Europa e depois pelos demais continentes. Contudo, Singer propõe que a economia solidária seja uma estratégia possível de luta contra as desigualdades sociais e o desemprego:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, á base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2000, p. 148).

Assim vemos nascer de forma geral na sociedade, uma proposta de desenvolvimento endógeno, pautada nos moldes de economia solidária, que visa o desenvolvimento das pessoas que lá vivem com seus familiares e amigos.

Portanto, dentro desse cenário encontramos em Nova Tebas o caso dos produtores de maracujá orgânico, organizados numa entidade cooperativa que a partir de uma reunião inicial de onze produtores, esboçou a necessidade de tentar encontrar iniciativas para o desenvolvimento endógeno em Nova Tebas, especialmente no Distrito de Poema.

O grupo decidiu se unir a partir de uma reunião realizada em 13/05/2006, quando discutiu possíveis soluções para a situação de suas famílias que estavam em situação precária. Os produtores participantes decidiram pelo cultivo do maracujá azedo, devido ao clima, relevo e ausência de grandes plantações de soja na região, uma vez que o terreno é ondulado. O grupo enumera as vantagens que motivaram o cultivo do maracujá orgânico.

“Decidimos pelo cultivo do maracujá orgânico devido a quatro fatores importantes:

- 1º. Qualidade de vida do produtor e consumidor;
- 2º. Iniciar um trabalho de conscientização com relação á proteção do meio ambiente;
- 3º. Melhor preço do produto;



4º. Fazer de nosso município uma região orgânica”.<sup>4</sup>

Como foi demonstrado antes, o município está numa área em que as mudanças econômicas e sociais no município estão relacionadas as dificuldades de sobrevivência que encontram neste período, mais ainda do que nos anteriores, os pequenos produtores agrícolas e os trabalhadores rurais. Os indicadores sociais demonstram essa como uma região socialmente crítica. Além disso, a dinâmica demográfica do município de Nova Tebas, com intenso declínio, também está relacionada a este fato. Portanto, tanto a interpretação desta realidade, como as possibilidades que na perspectiva pragmática se apresentam para o município devem ser apresentadas considerando este contexto.

Parece-nos, também adequado, já que o município apresenta grande parte de sua população habitando a zona rural, que o desenvolvimento do cooperativismo e associativismo tanto no campo quanto na cidade pautados pelo paradigma da economia solidária será de suma importância para o desenvolvimento dessa localidade.

Como já afirmamos, a realidade regional e local, tratadas neste trabalho remetem, a reflexões sobre o desenvolvimento local. Desenvolvemos, na sequência, algumas reflexões gerais sobre este tema e, posteriormente, avaliamos os alcances e limites que resultam de estratégias da economia solidária como a dos produtores de maracujá orgânico.

## DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tema muito difundido na Espanha e, de forma geral, no continente europeu como um todo, o desenvolvimento local está relacionado a preocupações vinculadas especialmente a áreas que passam por declínio demográfico, desindustrialização, índices muito alto de desemprego e problemas sociais. Ainda que surgido em realidade que se diferencia em vários aspectos da brasileira, estas reflexões alcançaram em alguns anos as pautas acadêmicas e políticas brasileiras. Atualmente, pode ser considerado comum, o que não dispensa reflexões acerca do mesmo.

Podemos dizer que o termo desenvolvimento pressupõe mudança, ou transformação. No entanto, o mesmo não deve se tornar sinônimo de crescimento econômico, pois tal conceito deve estar voltado para as estruturas econômicas e sociais, levando em conta cada

---

<sup>4</sup> Entrevista realizada no dia 30 de setembro de 2007, com uma produtora de maracujá orgânico do município de Nova Tebas – Pr.



realidade. Para tanto, é preciso um processo de descentralização que transfira dos governos centrais para os governos locais a responsabilidade de gestão.

Quanto falamos em desenvolvimento local e sua prática, percebe-se que esta é muito recente, tendo sido iniciada, segundo alguns autores, no começo da década de 1990, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, não se pode dizer que anteriormente não se praticava em nosso país o desenvolvimento local. Para os defensores dessa tese de que todas as ações que são implementadas num determinado local e, que tenham por objetivo valorizar e melhorar materialmente a vida das pessoas são ações de desenvolvimento local e afirmam que essa prática já se faz presente há bastante tempo.

Até 1945, os municípios brasileiros não tinham importância política. Com a constituição de 1946, ganham autonomia perdida com o golpe militar de 1964. Nesse período, as políticas públicas de desenvolvimento em nosso país continuaram dentro da perspectiva de que o estado era o principal agente responsável pelo modelo da economia e as desigualdade regionais eram vistas como um obstáculo ao desenvolvimento do país.

Já no período de 1950-1960, quando o país inicia o seu processo de industrialização de forma sistemática, a visão da classe política e de alguns estudiosos era de que o desenvolvimento só era possível através do planejamento de estado, realizado por tecnocratas., sendo o desenvolvimento pensado em termos globais e coordenado pelo poder central sem levar em conta os interesses particulares de grupos regionais ou locais.

Em contrapartida somente nos anos 1960-1970 é que algumas ações foram introduzidas com vistas a minimizar os efeitos dessas desigualdades, quando foram desencadeadas políticas de créditos e políticas fiscais.

Na década de 1980 foi introduzido conceitos de desenvolvimento, como o Desenvolvimento Local e com este novas formas de intervenção social. Esta nova perspectiva relativiza a autonomia do econômico em sociedades não industrializadas e em civilizações não ocidentais, valorizando o social e as pessoas, procurando dar-lhes protagonismo no processo de desenvolvimento. As pessoas e comunidades locais são o espaço prioritário para o desenvolvimento. Este torna-se um exercício de cidadania e resulta da participação e implicação das pessoas.

A partir dos anos 1990, a nível geral foram introduzidas mudanças sócio-políticas e culturais de forma a afetarem as formulações tradicionais sobre o desenvolvimento no mundo e no Brasil e que favoreceu uma mudança de mentalidade por parte da sociedade em geral.



O aparecimento e o avanço do desenvolvimento local obrigou a uma abordagem radical, pois encarrega-se e preocupa-se com o meio ambiente numa dupla perspectiva: primeiro, como sustentabilidade do desenvolvimento e, numa etapa posterior, como recurso a favor do próprio desenvolvimento.

## **COOPERATIVISMO COMO FOMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM BREVE OLHAR**

É fato que o cooperativismo é de suma importância para o desenvolvimento de iniciativas locais, onde os principais atores sociais sejam aqueles excluídos do processo de globalização. Assim usando como pano de fundo a América Latina como foco de suas atenções Martinez (2003) ressalta que mesmo com uma relativa melhora de alguns indicadores macroeconômicos, sobre um modelo de desenvolvimento global baseado na acumulação, na industrialização e no consumo, é visível na sociedade latinoamericana uma deficiente redistribuição social. Entretanto a grande heterogeneidade interna passada por décadas anteriores, desde o período pós-guerra mundial que nos finais dos anos 1980, tais países latinoamericanos se caracterizavam por regimes autoritários com políticas intervencionistas, com forte presença do Estado.

Porém, em fins dos anos 1980, com o advento das democracias parlamentaristas e a globalização econômica, vários governos da América Latina começaram a impulsionar programas de modernização acompanhados de reformas institucionais, que em sua maior parte foram promovidos em sua maior parte por organismos multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, como reação a planos anteriores tipo o DRI (Desenvolvimento Rural Integrado). De acordo com Martinez (2003), o DRI teria uma ênfase exclusiva em zonas rurais e nos camponeses mais pobres que necessitavam de políticas macroeconômicas, porém o DRI resultou em um projeto improvisado e não sustentável. Um enfoque alternativo foi proposto por Organizações Não-Governamentais e o IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) e o BID. Portanto, o objetivo era desenvolver a escala microrregional, fortalecendo os governos locais e a organização da sociedade civil e de forma mais global e estratégica, vincular o desenvolvimento rural local com a descentralização administrativa.

Uma das formas mais salutares para o desenvolvimento de setores mais empobrecidos



da sociedade, está relacionada as cooperativas, que segundo a Aliança Cooperativa Internacional, é uma associação autônoma de pessoas que se unem de forma voluntária para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum, mediante uma empresa conjunta de gestão democrática. No entanto, a distinção entre uma cooperativa social de outros modelos empresariais, se dá pelo critério de identidade e cooperação entre o grupo de pessoas participantes. É imperativo também que uma cooperativa ideal utiliza os excedentes necessários apenas para satisfação das necessidades de seus sócios.

Ainda segundo Martinez (2003, p. 272-273) a cooperativa apresenta características internas e externas que a levam ao seu próprio desenvolvimento. Assim, dentre as características internas que tornam diferente das demais podemos identificar os fluxos reais, fluxos financeiros e os fluxos informativo-decisivos.

Tais fluxos na visão desse autor, são importantes, pois com o fluxo real obtêm-se o aporte de serviços de forma coletiva, pois cada sócio procurará comprometer-se com a cooperativa; já com os fluxos financeiros os cooperados repartem equitativamente os benefícios, finalizando com os fluxos informativo-decisional; exercido com o poder mediante mecanismos democráticos para evitar que a cooperativa se desvie de seus objetivos.

No entanto, a participação interna não terá efeito algum, se não for completada mediante a participação externa. Essa visão externa consiste na articulação entre as cooperativas para o desenvolvimento social. Assim, através de federações, acordos não formalizados para acesso a formação e tecnologia, teremos a intercooperação, que é um dos princípios básicos do cooperativismo.

Portanto, através da cooperação as cooperativas tem sido a saída para os pobres dos países periféricos, assim tais cooperativas se tornam um notório agente de desenvolvimento local. Uma vez que podemos entender o desenvolvimento local de diversas maneiras<sup>5</sup>, o cooperativismo se apropria dessas estratégias para fomentar o desenvolvimento. Assim, uma vez que as cooperativas são empresas com fins sociais, surgidas a partir de empreendedores e utilizam os recursos endógenos para satisfazer suas necessidades, as cooperativas promovem especialmente para os seus principais agentes, os sócios, a participação nos três fluxos empresariais básicos.

<sup>5</sup> A dissertação de mestrado de Jorge Montenegro intitulado Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital nos mostra a diversidade de autores e seu entendimento sobre o desenvolvimento local e sua nomenclatura de variáveis.



No entanto a articulação entre o cooperativismo e o desenvolvimento local se dá de forma mais cabal através da integração em redes mediante intercooperação. Essa intercooperação é feita a partir da interação entre os níveis locais, regionais, nacionais até a escala internacional para suprir as debilidades das unidades não atendidas. Assim a conformação de redes é importante para o desenvolvimento endógeno dos espaços em esvaziamento populacional.

Uma vez que as cooperativas são organizações autônomas, geridas pelos seus sócios, é impreterível a realização de projetos mistos entre cooperativas e outras instituições públicas e privadas para o seu desenvolvimento, bem como da realidade local inserida. Um bom exemplo, vem a ser a Cooperatvama que através dos seus cooperados e a ajuda da universidade, conseguiu a construção de uma fábrica de sucos no distrito de Poema, pertencente ao município de Nova Tebas- Pr.

É importante destacar que mesmo as cooperativas utilizando-se da capacidade endógena e a presença de mecanismos internos para a redistribuição social dos excedentes obtidos, tal pressuposto é importante para o desenvolvimento socioeconômico, traduzido em competitividade regional.

## **DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

A economia solidária tem como máximo expoente o economista Paul Singer que lança as bases no Brasil para tal paradigma, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos mais necessitados.

Assim com o intuito de minimizar as disparidades sociais, surge um movimento de resistência, aparentemente, nascido das camadas dos que são excluídos do mercado de trabalho, com o objetivo de resgatar a dignidade desses cidadãos. (CULTI, 2002, p. 1):

Trata-se de uma rede de iniciativas que busca fazer frente à crise da vida social por meio da geração de novas formas de produção, trabalho e renda, a qual vem-se denominando Economia Solidária. Esta economia constitui-se em diversos ramos de pequenos empreendimentos, tais como cooperativas de trabalho e produção, associações de trabalhadores, empresas familiares etc.

O avanço tecnológico estabelecido pelo processo de globalização da economia traz



como palavras de ordem a flexibilização, fragilização e desemprego que por sua vez, aumentam o contingente dos socialmente excluídos (CULTI, 2002, p. 1).

Quando analisamos a economia no modo de produção capitalista, percebemos que a mesma é muito eficiente na geração de riqueza, que por sua vez, gera também a pobreza, principalmente entre aqueles que não possuem o capital.

Assim, enquanto uma pequena parte da população é satisfeita por possuir o capital, uma grande parcela fica aquém do processo produtivo servindo apenas de mão de obra barata para os donos do capital. Com isso, parcela considerável da população vive com uma precária qualidade de vida. Entretanto, quando se analisa a economia solidária, Singer (2000) citado por Culti (2000) aponta que:

A economia solidária começou a ressurgir, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimento sociais que reagem a crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990 (SINGER 2000 *apud* CULTI 2002).

De forma concomitante, é gerado nos meios acadêmicos, propostas de apoio, assessoria e acompanhamento a esses empreendimentos, que são traduzidos em redes, como a Rede de Itcps-Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares o rol de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários Iees- Núcleos da Unitrabalho- Rede Interuniversitária de estudo e Pesquisas sobre o trabalho, que têm se dedicado a incubação.

Assim, justifica-se a atuação da universidade, principalmente a pública, como o compromisso da mesma para com a sociedade que a mantêm, disponibilizando o seu saber técnico e científico à comunidade.

A Incubação nas palavras de Culti (2003, p. 2) é entendida como o acompanhamento sistêmico a grupos de associados em formação ou cooperativas, tendo em vista o processo educativo e suporte técnico desses empreendimentos.

Quando se trata dos objetivos que essas incubadoras exercem Guimarães *apud* Culti 2003, explicita que: “O objetivo inicial das incubadoras é organizar, formar e requalificar trabalhadores para possibilitar a entrada no mercado formal de trabalho seja através de empresas autogeridas ou cooperativas”. (CULTI, 2003 p. 2).



Já a autogestão é uma administração democrática onde os trabalhadores devem ter acesso á informação de tudo o que acontece na empresa para poder definir metas de produção, políticas de investimentos e modernização, política de pessoal etc.

A modernização conservadora e o modelo agrário-exportador implementado no norte paranaense nos faz crer que a partir de uma sólida formação educacional é que teremos base para diminuir as desigualdades tão nefastas que existe em nossa sociedade. A partir da construção de uma cidadania para todos, é que teremos consciência para repensar as aptidões municipais.

No entanto, é importante ressaltarmos a importância da gestão do território quando pensamos em desenvolvimento local. Gestão essa, baseada em três instâncias, quais sejam: o público, o privado e o estatal, que a partir de uma interdependência entre os mesmos poderiam melhorar a qualidade de vida da população dos municípios de pequena densidade populacional.

A economia solidária tem tudo a ver com o desenvolvimento local, porque ela se realiza a partir do capital social local e das potencialidades produtivas locais.

Se para o desenvolvimento é preciso desenvolver uma rede de inter-relações dos atores e forças locais, para a economia solidária os elementos também são os mesmos, acrescidos do espírito da cooperação e solidariedade que lhe são inerentes.

Nesse sentido, a economia solidária fortalece qualquer política de desenvolvimento local porque traz consigo um desenvolvimento endógeno, trazendo opções que poderão evitar o êxodo populacional para regiões de maior progresso e permitindo outros benefícios que serão consequências geradas espontaneamente pelo processo.

Entretanto, para fortalecimento desse modelo de desenvolvimento, é preciso que os empreendimentos econômicos solidários se fortaleçam mutuamente. Nesse campo é muito importante o processo de incubação, ou seja, a presença de incubadoras universitárias para orientar técnica e administrativamente esses empreendimentos e seus associados.

Assim, com a inter-relação entre as instâncias acima referidas, a autogestão será formada de maneira equânime entre os cooperados, visto que a autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, em que se combinam a cooperação do conjunto dos trabalhadores diretamente envolvidos com o poder de decisão sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões.



Entretanto, para fortalecimento desse modelo de desenvolvimento, é preciso que os empreendimentos econômicos solidários se fortaleçam mutuamente. Nesse campo é muito importante o processo de incubação, ou seja, a presença de incubadoras universitárias para orientar técnica e administrativamente esses empreendimentos e seus associados.

É salutar contextualizar a importância da atuação da Unitrabalho na fomentação de políticas sociais mais igualitárias.

## **UNITRABALHO E SUA IMPOTÊNCIA SOCIAL**

É de suma importância a atuação da Unitrabalho como implementadora de políticas sociais que auxiliam no desenvolvimento dos trabalhadores excluídos do processo de globalização.

Assim, a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos que funciona em Rede Nacional, interligando mais de 60 universidades e instituições de ensino superior por meio dos Núcleos Locais e Incubadoras, organizados por regiões.

Sua criação no ano de 1996, expressa o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm para com os trabalhadores. A sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisa e capacitação. Contudo, do quadro de projetos permanentes executados por ela, constam os Programas de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e nele a Rede universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Especificamente, a Unitrabalho visa “garantir o acesso adequado e permanente pelos trabalhadores à produção científica acumulada no âmbito acadêmico” e internalizar nas instituições de ensino superior o debate sobre a dinâmica das relações de trabalho e dos movimentos sociais.

De acordo com o que foi exposto antes, na cidade de Maringá, existe o núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá, fundado em 29 de outubro de 1998, que tem realizado ao longo desses anos, pesquisa, extensão e estudos sobre o mundo do trabalho e os movimentos sociais. Com o intuito de produzir e difundir conhecimento, apoiando as iniciativas locais, no processo de concretização de políticas de



trabalho e sociais, a idéia é interagir a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho.

Um dos trabalhos desenvolvidos pela Unitrabalho está relacionado ao projeto de extensão anteriormente mencionado quanto ao estímulo da produção de maracujá orgânico como uma saída econômica possível para um grupo de produtores. Tal saída econômica vincula-se a um produto saudável e a uma estratégia em que os resultados econômicos voltem-se de forma mais direta aos produtores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conjuntural das possibilidades locais é fundamental no sentido de pensar alternativas para o desenvolvimento de espaços socialmente críticos, bem como em esvaziamento populacional. No entanto, assim como Vainer (2001) acreditamos que apenas com a interdependência entre as escalas locais, regionais e nacionais, o desenvolvimento será mais notório propiciando a diminuição das mazelas econômicas e sociais que tais espacialidades se encontram. Na análise empírica, percebe-se que o distrito administrativo de Poema, juntamente com a organização dos pequenos produtores de maracujá orgânico sob a denominação de Cooperatvama, estão comprometidos com a perspectiva de fomentar em sua territorialidade soluções para a melhoria social e viabilizar a permanência de ao menos parte da população.

É certo que iniciativas como esta, sozinhas dificilmente conseguirão promover uma reversão do comportamento demográfico em declínio no município. Entretanto, para o pequeno grupo que dela participa e analisado nesse trabalho, observa-se a expectativa positiva de viabilizar a reprodução da sua vida e da família no município de Nova Tebas.

Uma vez que a escala municipal no Brasil, é de suma importância para a concretização de políticas públicas, vemos no município de Nova Tebas a perfeita integração entre a escala local, representada pelos produtores de maracujá orgânico, e a escala regional fomentada pela



Universidade Estadual de Maringá, que através da Unitrabalho/UEM e do Programa Universidade Sem Fronteiras se torna fomentadora de políticas para o desenvolvimento social. Assim, através de projetos e articulações entre essas escalas, chega-se a escala nacional representada por mais um novo projeto, este sob o aval do MDA e do PAA, que tornam a realidade local circunscrita a nacional, que por sua vez, busca o desenvolvimento unívoco dessa porção do espaço paranaense.

Esta experiência bem como outras tendências confirmam a necessidade política da articulação escalar e dos limites em se compreender o local de forma isolada. Apesar de considerada como uma iniciativa local, a experiência analisada pode avançar a partir do auxílio recebido desde as escalas regional e nacional, por meio de programas específicos.

Da mesma forma, do ponto de vista teórico confirma-se a necessidade de olhares interescalares.

Quanto a economia solidária, esta vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Deste modo, apresenta-se com o intuito de atenuar as desigualdades sócio-econômicas bem como minimiza as gritantes contradições que o sistema capitalista inseriu na sociedade contemporânea. É assim que se situa a experiência aqui analisada na região central do Paraná, uma comunidade de pequenos produtores de maracujá orgânico que empenhados do objetivo de continuar em suas propriedades, buscam em tal economia o meio para desenvolver-se e não ter que vender a sua pequena propriedade e ir embora para um centro regional ou uma grande cidade, reforçando naquelas as tendências já socialmente tão contraditórias.

## REFERÊNCIAS:

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE/SENAES, 2006.



CRUZ, Antônio. Economia solidária; a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: Cadernos de Economia- Curso de Ciências Econômicas- Unochapecó. Ano 8, n.14, jan/jun.2004.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Tese. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo 2006.

CULTI, Maria Nezilda et. al. Cooperativismo Popular: um processo de (re) educação. In: **Anais do 5º Congresso Nacional de Estudos Del Trabajo**, Buenos Aires, 2001.

\_\_\_\_\_ ; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos os bichos, 2010.

MANCE, Euclides André. **Economia Solidária: um novo paradigma?**. IFIL, 2000.

Martinez, Jorge Coque. El Desarrollo Local sobre bases cooperativas: valorización de los recursos locales y creacion de redes. 2003.

Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003/ Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. **As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que Pode o Poder Local?** In: ENCONTRO NACIONAL ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço; v.1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p. 140-151.